

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo planeja transferir imóveis federais para fundo com sócio privado ..... 3

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Concurso da Receita Federal: FGV será a banca ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula promete pacote para infraestrutura ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Siderurgia vai cortar projeções, mas vê ano "muito bom" ..... 7

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem sistema tributário justo, Brasil patina na competitividade ..... 8

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Correção da tabela do Imposto de Renda. Agora vai? (Artigo) ..... 9

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Propostas de governo de Tebet incluem projetos parados no Senado há pelo menos quatro anos ..... 10

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quais são as propostas no programa de governo de Ciro Gomes ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro reduz para R\$ 10,5 bi reserva para reajuste de servidor ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Um presidente que nada tem a dizer (Editorial) ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Números são "fantásticos", como diz Bolsonaro? ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidente do BC evita festejar queda de preços e vê ainda 'muito a fazer' ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desajuste fiscal pode custar R\$ 430 bi em 2023 ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção de IR para não residentes esbarra no Senado ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lei das estatais vira letra morta em assembléia da Petrobras (Editorial) ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Campos vê inflação 'em tomo de 6,5%' ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
POLÍTICA

Brasil precisa crescer para resolver pobreza, afirma Roberto Setubal ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
ECONOMIA

Fiocruz defende SUS, ciência e democracia ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Economia e política: análise do cenário eleitoral no Brasil (Artigo) ..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Valorização de matérias-primas atrai investidor estrangeiro para o Brasil ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

País terá 2 ou 3 meses de deflação e IPCA fechará 2022 por volta de 6,5%, afirma presidente do BC  
..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Otimismo econômico é maior entre quem ganha Auxílio Brasil ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
ECONOMIA

Brasil só terá rumo ao priorizar as crianças (Artigo) ..... 36

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Inadimplência recorde traz risco para cenário econômico em 2023 (Editorial) ..... 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Uma em cada 4 fintechs já fatura mais de R\$ 5 milhões por ano ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Mercado de trabalho se recupera com força, mas persistem desequilíbrios ..... 40

# Governo planeja transferir imóveis federais para fundo com sócio privado

*Idiana Tomazelli Brasília*

O Ministério da Economia planeja transferir imóveis federais para um fundo de investimento com participação de sócios privados. As conversas entre governo e mercado financeiro para a primeira experiência do tipo já começaram e o lançamento está previsto para ainda este ano.

O modelo é uma aposta da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) para impulsionar negócios com esses ativos, mas em uma escala ainda bem longe do potencial de venda de R\$ 1 trilhão em imóveis já citados pelo chefe da equipe econômica no início do governo.

O universo de imóveis considerados alienáveis pelos técnicos soma cerca de R\$ 97 bilhões, mas nem toda carteira será colocada à disposição de forma imediata.

A ideia do governo é lançar alguns fundos para ir testando o modelo. Embora previsto na lei desde 2015, o formato nunca foi aplicado na prática devido a uma série de discussões preparatórias.

Os imóveis elegíveis são aqueles que não possuem um fim específico, sejam eles terrenos, galpões ou prédios desocupados. As destinações possíveis variam entre logística, desenvolvimento de empreendimentos residenciais e espaços comerciais.

O Ministério da Economia já contratou a B3 para fornecer assessoria técnica e apoio operacional na promoção da sessão pública de licitação que selecionará os consórcios administradores dos fundos.

O próximo passo é concluir a seleção dos imóveis que integrarão o cardápio do primeiro edital. O programa será batizado de "Incorpora, Brasil - Fundos Imobiliários Federais".

A Secretaria Especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados, que administra os imóveis da União, tem discutido internamente a criação de ao menos dois fundos: um logístico, com imóveis e terrenos próximos a rodovias e outros locais estratégicos para a movimentação de mercadorias, e outro comercial, com edificações atrativas para esse tipo de negócio.

No fundo logístico, por exemplo, devem ser incluídos ativos como galpões e terrenos. Entre os exemplos obtidos pela Folha está um terreno de 256 mil metros quadrados em Uberlândia (MG), onde há também um galpão de 26 mil metros quadrados.

Outro imóvel selecionado é um terreno de 40,4 mil metros quadrados em Bernardino de Campos (SP), que abriga um galpão de 17,1 mil metros quadrados. Há ainda a oferta de um terreno de 87,7 mil metros quadrados em Birigui (SP), sem benfeitorias.

No fundo comercial, o cardápio ainda não está fechado, mas há a expectativa de incluir construções em localidades nobres de Brasília, capital federal.

Futuramente, outros fundos com perfis específicos poderão ser lançados, uma vez que a União tem hoje uma carteira ampla, que inclui também apartamentos e terrenos em áreas residenciais.

O Congresso também aprovou neste ano uma autorização para que imóveis administrados pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) também sejam alienados por meio dos fundos, desde que os rendimentos sejam revertidos à **Previdência Social**.

Para integrantes do governo, o uso dos fundos de investimento dará mais flexibilidade tanto à União quanto aos investidores interessados.

Hoje, na venda direta, a administração federal cobra o pagamento à vista do valor integral do imóvel, sem financiamento, o que é um entrave para compradores, dados os valores envolvidos. Há também dificuldade na gestão desses ativos, que acabam se deteriorando com o tempo.

Sob a administração dos fundos, a aposta do governo é que os imóveis possam ser desmembrados, revitalizados ou gerenciados de maneira a viabilizar negócios mais atrativos para potenciais interessados em alugá-los ou comprá-los. Defensores do formato argumentam que a União não tem como fazer isso sozinha, pois não tem "vocalização de imobiliária".

Na largada, os fundos devem ser constituídos com 90% de participação da União e 10% de sócios privados. Enquanto o governo integraliza suas cotas com os imóveis, os sócios privados colocarão sua

parte em dinheiro, que será usado para bancar estudos e estratégias de desenvolvimento dos ativos.

No futuro, os fundos poderão emitir novas cotas para captar mais recursos junto ao setor privado e conseguir fazer reformas ou desenvolver projetos que contribuam para tornar os imóveis ainda mais atrativos para investidores.

A expectativa do governo é que, com uma gestão profissional, as cotas valorizem, beneficiando a União. Os ganhos, porém, não serão imediatos.

As regras de funcionamento de um FII (Fundo de Investimento Imobiliário), regidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), impedem o resgate antecipado de cotas, mas o governo pode, se quiser, vendê-las a preço de mercado e lucrar com a valorização.

A União também receberá dividendos, pagos a partir da rentabilidade desses fundos com vendas e aluguéis.

No entanto, os próprios editais de criação dos fundos devem prever uma espécie de prazo de carência até o início dos repasses, para permitir a maturação das operações antes de se começar a remunerar os investidores.

Mesmo assim, há a expectativa de que os rendimentos sejam superiores ao obtido com a venda direta dos imóveis pela União, que tem rendido cerca de R\$ 200 milhões ao ano.

A avaliação do governo é que o apetite pela criação dos fundos é grande. Em sondagens feitas no início do ano, participaram representantes de 14 instituições financeiras que atuam nesse mercado, entre elas Genial Investimentos, Itaú BBA, Santander Asset e BTG Pactual.

Os preparativos finais para o lançamento do programa são discutidos na esteira de uma decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) que, na prática, facilitou os planos de Guedes de avançar na venda de imóveis do governo federal.

O plenário da Corte de contas liberou o governo federal a transferir imóveis públicos de propriedade da União para um fundo privado sem que essa operação precise ser registrada no Orçamento.

A deliberação ocorreu após uma consulta formulada pelo Ministério da Economia sobre como registrar a operação, que consiste no uso dos imóveis para a integralização de cotas de FII -na prática, repassar os bens para o fundo.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50013&anchor=6461833&pd=6fb082352cf2c43e0dfa564f300a90de>**

# Concurso da Receita Federal: FGV será a banca

*Por Marta Cavallini, g1*

A **Receita Federal** escolheu a Fundação Getulio Vargas (FGV) para organizar o concurso para 699 vagas de auditor-fiscal e analista-tributário. Ambos os cargos exigem nível superior.

São 230 vagas para auditor-fiscal e 469 para analista-tributário.

VEJA A LISTA COMPLETA DE CONCURSOS E OPORTUNIDADESINSS poderá aplicar prova dois meses após edital ser lançado, diz portariaConcursos públicos em ano de eleições: entenda o que pode e o que não podeConcursos do **INSS** e Receita: veja como foram as provas anteriores e a concorrência

Os salários são os seguintes:

auditor-fiscal: R\$ 21.029analista-tributário: R\$ 11.684

O prazo para a publicação dos editais de abertura é de 6 meses a partir da data de publicação das portarias, ou seja, até 13 de dezembro.

Foi autorizada a redução para dois meses do prazo entre a publicação do edital e a realização da primeira prova das seleções, ou seja, os candidatos terão menos tempo para se preparar para a prova objetiva.

A data de divulgação do edital e de realização das provas, bem como da nomeação dos aprovados, não foi definida.

De acordo com a **Receita Federal**, as provas para ambos os cargos serão aplicadas no mesmo dia, para que os mesmos candidatos não concorram aos dois cargos, o que poderia prejudicar o preenchimento das vagas.

Últimos concursos

O último concurso para auditor-fiscal foi em 2014, para 278 vagas. O salário na época foi de R\$ 14.965,44. Veja o edital e as provas anteriores do concurso.

Já para analista-tributário foram oferecidas 750 vagas em 2012. O salário na época era de R\$ 7.996,07. Veja o edital e as provas anteriores do concurso.

A concorrência dos concursos da Receita chegou a passar de 200 candidatos por vaga na ocasião. Para analista, o concurso teve 93.692 candidatos (125 por vaga). No caso do auditor, a concorrência foi o dobro: foram 68.540 candidatos para 278 vagas (246 por vaga).

**Site:** <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/concursos/noticia/2022/08/24/concurso-da-receita-fgv-sera-a-banca.ghtml>

# Lula promete pacote para infraestrutura

*Ricardo Mendonça De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)

# Siderurgia vai cortar projeções, mas vê ano "muito bom"

*Por Stella Fontes - De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2)

# Sem sistema tributário justo, Brasil patina na competitividade

Pagar **impostos** é algo importante para o país, mas está longe de ser algo simples. O Brasil tem uma das mais altas cargas tributárias do mundo.

Ela ainda é injusta, regressiva, prejudica as finanças dos mais humildes, impede investimentos, dificulta a vida de empresários e empreendedores.

Em última instância, esse conjunto pernicioso atrapalha a geração de emprego e renda, abrindo uma espiral de recessão ou de crescimentos econômicos insuficientes para o bem-estar dos brasileiros.

Mais uma vez, perdemos a oportunidade de fazer uma **reforma tributária**.

A PEC 110 estava madura no Senado, com apoio do Legislativo, dos secretários da Fazenda e de diversos setores da economia, mas os senadores optaram por adiar a discussão para a próxima legislatura.

E, assim, vamos empurrando nossos problemas. De acordo com a Agenda "12 compromissos para um Brasil Competitivo", lançada pelo MBC e pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, com apoio de 50 entidades e associações setoriais, o sistema atual limita a nossa competitividade.

O documento mostra que temos um contencioso tributário de R\$ 5,4 trilhões, que representa 7% do **PIB**.

Múltiplas legislações, interpretações e conflitos entre os entes federativos.

Espantosas 1.500 horas gastas para o pagamento de **impostos**, sendo que mais da metade delas (885) destinada a **tributos** indiretos.

Mas não são apenas esses os problemas que assustam os contribuintes.

A postura muitas vezes abusiva e autoritária da **Receita Federal** com os pagadores de **impostos** - não falamos dos sonegadores, a esses é fundamental o rigor da lei - torna-se elemento de estresse. Falamos daqueles que lutam arduamente para manter os **tributos** em dia. E muitas vezes são confundidos e maltratados como se inadimplentes contumazes fossem.

Para proteger esses cidadãos comuns, empreendedores ou não, idealizei o Código de Defesa do Pagador de **Impostos**, inspirado em legislações americanas de mesmo teor.

O projeto, em análise na Câmara dos Deputados, estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

É fundamental acabar com a presunção da **Receita Federal** de que as pessoas sonegam **impostos**. Com base nessa premissa equivocada, os auditores fiscais aplicam multas abusivas, com prazos curtos para quitação, o que leva, muitas vezes, ao fechamento do negócio, com o cancelamento do CNPJ. Isso é um absurdo, e impacta ainda mais as pequenas cidades, onde a reputação do comerciante diante de seus pares tem um peso enorme na credibilidade do negócio.

Defendemos que é necessária uma notificação precisa, clara, com prazo para defesa. Nada de fiscalizações surpresas. Os administradores, sobretudo municipais, também ajudam a tumultuar o cenário econômico ao criar taxas com intuito meramente arrecadatório. Se aprovado o projeto, será preciso explicitar a correspondência entre o valor exigido e o custo da atividade estatal para que o que for arrecadado a mais não seja destinado exclusivamente ao alívio das contas públicas.

O projeto ainda estabelece que os montantes devidos pelo fisco aos contribuintes deverão ser sempre corrigidos pela taxa Selic e não pela poupança, como ocorre atualmente. E define os limites da solidariedade tributária.

A Receita só pode cobrar da subsidiária de uma empresa se confirmar que o primeiro sócio inadimplente está realmente impossibilitado de pagar.

É essencial termos uma carga tributária adequada, um sistema justo e uma relação correta e equilibrada entre o fisco e o contribuinte. Sem isso, o Brasil jamais será realmente competitivo e não vai conseguir crescer de maneira sustentável e prolongada

# Correção da tabela do Imposto de Renda. Agora vai? (Artigo)

**Bruno Flávio Machado de Araújo**

O plano de governo do presidente Jair Bolsonaro, elaborado com vistas a sua candidatura à reeleição, propõe correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física até que, ao fim de um eventual novo mandato, a faixa de isenção do imposto corresponda a cinco salários mínimos, hoje o equivalente a R\$ 6.060.

A implementação dessa proposta implicaria correção da ordem de 318%, superando, e muito, a defasagem de 142% apontada pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco), como resultado de estudo que considera as correções da tabela feitas desde 1996, ano em que a atual sistemática de cálculo do tributo passou a ser adotada.

Para que se tenha ideia da relevância da proposta, a aplicação da tabela em vigor faz com que um trabalhador cujo salário mensal corresponda a R\$ 6.000, e que tenha dois dependentes, veja em seu contracheque um desconto de R\$ 490,42 a título de Imposto de Renda.

Se cumprida a proposta contida no plano de governo divulgado, esse trabalhador estaria isento do pagamento do imposto. Um desconto que representa 8,2% do seu salário deixaria de existir.

Proposta similar também foi discutida na campanha eleitoral de 2018. Todavia, como deve saber um trabalhador cujo salário supere R\$ 1.903,98 - o atual limite de isenção -, não foi implementada.

Sendo notória a existência de grande defasagem, que penaliza principalmente o trabalhador de classe média, por que a correção da tabela do Imposto de Renda não ocorre? A resposta é simples: o Imposto de Renda da Pessoa Física é uma das principais fontes de receita do governo. De acordo com dados divulgados pela **Receita Federal do Brasil** (RFB), a arrecadação com o Imposto de Renda descontado diretamente no salário dos trabalhadores assegurou aos cofres públicos, em 2021, cerca de R\$ 140 bilhões.

Corrigir a tabela significa diminuir a arrecadação, claro. O Orçamento do governo federal para 2023, estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevê déficit de R\$ 65,9 bilhões. Menor

arrecadação provocaria necessidade de o governo buscar outras fontes de receita para não incorrer em um déficit maior do que aquele já previsto.

Ou diminuir os gastos, o que não é tarefa fácil, seja pela natureza engessada (Previdência, pessoal, saúde, educação, por exemplo), seja pelas consequências advindas de eventual não execução de gastos previstos.

Em que pese a importância de constar do plano de governo daqueles que concorrerão à Presidência da República, a correção da tabela do Imposto de Renda é apenas um item de uma pauta bem mais ampla. Queremos pagar menos **tributos** e ter mais saúde, educação, segurança, previdência e investimentos públicos?

Sim, claro! Mas, infelizmente, a conta não vai fechar.

Tributação menor e mais justa somente virá como resultado de discussões acerca do papel a ser exercido pelos governos, das vinculações de despesas, de mecanismos de limitação dos gastos e da forma de arrecadação e distribuição dos **tributos** entre a União, Estados, municípios e Distrito Federal.

Este seria o objetivo a ser atingido por meio de uma **reforma tributária**, algo cuja necessidade e importância se comprovam pelo simples fato de, a cada período eleitoral, representar tema presente entre as principais proposições de planos de governo, tenham seus autores viés de direita, centro ou esquerda.

Embora, infelizmente, uma **reforma tributária** ampla e efetiva ainda permaneça apenas nesse campo - das proposições.

Inicia-se um novo período eleitoral, trazendo consigo ideias, debates e, mais uma vez, renovando nossas expectativas. Será que... agora vai?

Bruno Flávio Machado de Araújo. Professor de contabilidade do Ibmecc BH

**Site:**

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16869>

# Propostas de governo de Tebet incluem projetos parados no Senado há pelo menos quatro anos

Por **Fernanda Trisotto - Brasília**

Aconselhada por um time de economistas de renome, a presidenciável do MDB, Simone Tebet, tem citado como proposta de governo medidas apresentadas no Senado e que estão paradas, sem avançarem, há pelo menos quatro anos. A lista inclui itens como a criação de uma poupança para trabalhadores informais de baixa renda, uma outra para estudantes que completarem o ensino médio, a devolução de **impostos** para pessoas carentes e a unificação dos **tributos** no país.

Os projetos não estão detalhados em seu plano de governo, que traz apenas diretrizes gerais do que Tebet pretende fazer em um eventual governo, mas têm sido citados em declarações pela candidata. Em entrevista ao Flow Podcast, na semana passada, por exemplo, Tebet mencionou a devolução de parte dos **impostos** sobre consumo para os mais pobres - como consta na PEC 110, da **reforma tributária** - e a criação da poupança para trabalhadores informais de baixa renda, que está no projeto de Lei de Responsabilidade Social, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e relatado por ela. A proposta do tucano, que chegou a ser cotado como vice de Tebet, foi apresentada em 2020, mas ainda está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), fase anterior à votação no plenário.

A devolução de **impostos** para os mais carentes não é uma novidade - já foi estudada, inclusive pelo governo, como uma alternativa para a reoneração da cesta básica, por exemplo, e está no texto da PEC 110, que propõe uma reforma sobre os **impostos** de consumo. Tebet diz que essa reforma será a sua prioridade, caso eleita.

"Implementar, nos seis primeiros meses de gestão, a **reforma tributária**, com dois objetivos principais: simplificação e justiça social", resume seu plano de governo, que avança ao mencionar a criação de um tributo único, do tipo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), mas sem detalhes. No Flow, ela mencionou a devolução de parte dos **impostos** cobrados para os mais pobres.

- Essa reforma, inclusive, fala que quem tem o conta do CadÚnico, quem tem o cartãozinho do Auxílio Brasil, vai no supermercado e é um sistema fechado, todo seguro, e depois vai ter um retorno pequenininho dos valores do imposto - disse ela.

O texto da PEC, apresentado em 2019, também está pronto para ser votado na CCJ do Senado, com relatório pronto desde março, mas ainda sem consenso entre os senadores, a tendência é que só volte a ser discutido em 2023.

## Poupança dos informais

Um ponto que Tebet vem destacando em entrevistas é a poupança para trabalhadores informais, que aparece em proposta relatada por ela mesma. Em seu plano de governo, ela diz que vai "criar seguro de renda para os trabalhadores informais e formais de baixa renda em situações de queda súbita de rendimento, sob a forma de poupança ("Poupança Seguro Família)". Mas, na entrevista ao Flow, ela detalhou a medida ao mencionar as inovações que promoveria no programa de transferência de renda:

- Neste Auxílio Brasil, a gente quer fazer uma inovação. Pegar esse trabalhador informal e pagar uma poupança pra ele todo mês. Ele vai declarar quanto ganha na informalidade. Vamos supor que a família diga que ela inteira, com os filhos, tira R\$ 1000 por mês. Nós vamos colocar todo mês 15% desse valor numa poupança para ele, R\$ 150 que ele vai poder, excepcionalmente, levantar esse dinheiro para diminuir a vulnerabilidade da família.

A proposta de Jereissati, apresentada em dezembro de 2020, prevê que 15% seria o percentual máximo para depósito nesse tipo de poupança. "Esse instrumento, ao mesmo tempo em que visa formar uma poupança precaucional, a ser usada em momentos de queda de renda, também tem o objetivo de estimular as famílias a declararem rendimentos no CadÚnico, já que o valor depositado mensalmente para compor a poupança será proporcional à renda do trabalho declarada", diz o texto.

O texto diz ainda que os valores serão integralmente

custeados pelo governo, válido para renda do trabalho formal também. "A neutralidade do programa em relação ao tipo de contrato de trabalho é importante para evitar que o programa gere incentivos à informalidade", diz.

O plano de governo de Tebet também menciona a criação de uma poupança para alunos de famílias com baixa renda como forma de brecar a evasão escolar. Como o GLOBO já mostrou, essa proposta também consta no projeto de Jereissati , que prevê o depósito mensal de R\$ 20 por aluno. Interlocutores da campanha disseram que esse valor ainda está em aberto.

Inicialmente a relatoria da proposta coube ao senador Antonio Anastasia (PSD-MG), que devolveu o texto quando renunciou ao mandato para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), em fevereiro. Tebet foi designada relatora em abril, mas ainda não apresentou um parecer.

**Site: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/propostas-de-governo-de-tebet-incluem-projetos-parados-no-senado-ha-pelo-menos-quatro-anos.ghtml>**

# Quais são as propostas no programa de governo de Ciro Gomes

Quais são as propostas no programa de governo de Ciro Gomes - Terceiro colocado na disputa propõe acabar com reeleição e teto de gastos, taxar grandes fortunas, mudar política de preços da Petrobras, criar programa de refinanciamento de dívidas e Complexo Industrial de Defesa. O candidato à Presidência da República pelo PDT, Ciro Gomes, apresentou na primeira quinzena de agosto os pontos principais do seu programa de governo, que inclui a criação de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, taxaço de grandes fortunas, expanso de programas de distribuio de renda e um projeto de renegociao de dívidas de famílias e mudanças sensíveis na administração da Petrobras.

No fim de agosto, Ciro estava em terceiro colocado na disputa presidencial, mas distante dos dois primeiros colocados. Com 7% no Datafolha divulgado em 18 de agosto, arrastava-se, mais de 20 pontos percentuais atrás de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Em desvantagem nas pesquisas, ele tem multiplicado ataques tanto a Bolsonaro quanto a Lula.

Esta é a quarta vez que Ciro Gomes disputa a Presidência. Ao longo da sua vida pública, ele foi prefeito de Fortaleza, governador do Ceará e ministro nos governos Itamar Franco e Lula. Neste pleito, sem conseguir fechar alianças, ele concorre numa chapa pura tendo a vice-prefeita de Salvador, Ana Paula Matos (PDT), como vice.

O programa de Ciro conta 26 páginas. O texto protocolado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é vago em alguns pontos, mas alguns deles são detalhados no site da campanha do candidato. Estes são os principais:

## Projeto Nacional de Desenvolvimento (PND)

O principal eixo do programa de Ciro é a criação de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (PND), com investimentos em ciência e desenvolvimento tecnológico, reduço da informalidade, além de planos de expandir o acesso à comunicação e promover uma revoluço na educaço pública.

O projeto prevê a retomada das obras de infraestrutura logística e social para estimular o setor privado a voltar a investir fortemente no país. Há uma previso de criaço de um fundo para investimento em

infraestrutura, contemplando o setor social, as áreas de transportes, saneamento, telecomunicaçoes, energia e logística.

## Financiamento e taxaço de grandes fortunas

Para financiar essas políticas públicas, o programa prevê que o governo arrecade por meio de uma **reforma tributária** e fiscal. Entre os pontos dessa reforma está um plano de reduzir subsídios e incentivos fiscais em 20% no primeiro ano de governo, o que, segundo Ciro, resultaria numa reduço de despesas de aproximadamente R\$ 70 bilhões.

Outras medidas incluem recriaço de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos - com potencial para gerar aproximadamente R\$ 70 bilhões de receitas, segundo o plano - e taxaço de grandes fortunas - 0,5% sobre fortunas acima de R\$ 20 milhoes, o que poderia gerar R\$ 60 bilhões em receitas. O programa ainda prevê a junço de cinco **impostos** (ISS, IPI, ICMS, PIS e Cofins) em um único.

Também concluiremos a reforma da Previdêcia a partir de três pilares: uma renda básica garantida, uma parte da renda associada ao regime de repartio e outra parcela ao de capitalizaço, diz o texto do programa.

## Estímulo à Indústria

O site de Ciro Gomes detalha planos para estimular quatro complexos industriais: Saúde, Defesa, Agronegócio, e Petróleo, Gás e Bioenergia.

No caso da Saúde, a proposta fala de reduzir ao máximo a importaço de equipamentos que podem ser fabricados numa escala bem maior no próprio Brasil, como próteses, muletas, respiradores artificiais, cadeiras de rodas e camas hospitalares.

No Agronegócio, Ciro propõe articular com produtores e a Embrapa a reduço da dependêcia brasileira de fertilizantes importados - que se agravou com a guerra na Ucrânia.

Petrobras, aumento do controle do governo na empresa

O programa de Ciro prevê mudanças sensíveis na

política de preços da petrolífera Petrobras e em sua relação com o governo. Ferrenho crítico das políticas da empresa, **Ciro** propõe aumentar o controle do Estado brasileiro sobre ela e substituir a Paridade de Preços Internacional (PPI), que alinha o preço dos combustíveis da companhia ao praticado no exterior, por uma política baseada nos custos de produção mais um percentual de lucro para a Petrobras.

Uma das nossas prioridades será mudar a política de preços da Petrobras, que hoje só beneficia importadores e acionistas, mas prejudica toda a sociedade brasileira, dado seu impacto sobre a **inflação**, diz o documento. No seu site, o candidato propõe convocar o Conselho de Administração da Petrobras já no primeiro dia de governo para pedir a mudança na atual política de preços da empresa e acabar com esse crime que é obrigar o brasileiro a pagar combustíveis em dólar.

O programa também prevê ampliar a capacidade produtiva de refinarias e aborda um plano de transformar a Petrobras numa empresa de ponta no desenvolvimento de novas fontes de energia.

A longo prazo, quero transformar a Petrobras na maior, mais moderna e mais ecológica empresa de energia do mundo, capaz de não só de explorar petróleo e gás de forma menos poluente, como de desenvolver fontes alternativas de energia, como a eólica, a solar e o hidrogênio verde, entre outras, diz **Ciro** em seu site de campanha.

Embora o programa seja vago sobre o tema, **Ciro** afirmou em entrevistas que pretende aumentar a participação do governo na empresa, atualmente de 50,5%, para até 60% das ações ordinárias (com direito a voto), usando as reservas cambiais do país.

Com o aumento do controle do governo na empresa, teremos as condições políticas e empresariais para traçar um novo rumo para a Petrobras, mais afinado com os interesses presentes e futuros dos brasileiros, diz o site da campanha de **Ciro**. Ao mesmo tempo, anunciarei que o governo irá comprar as ações dos acionistas que ficarem insatisfeitos com essa "desdolarização do preço dos combustíveis".

Fim do teto de gastos

O programa de governo protocolado junto ao TSE de **Ciro** não menciona diretamente o teto de gastos, criado na administração Michel **Temer** e que já foi objeto de modificações para permitir exceções. Mas o site da campanha é mais explícito, defendendo a extinção da regra.

Uma das maiores aberrações do Brasil é o chamado

Teto de Gastos, criado pelo governo **Temer** e continuado com gosto por **Bolsonaro** e seu **Posto Ipiranga**. O tal teto proíbe aumentar os investimentos em áreas sociais e de infraestrutura, mas permite que as despesas financeiras fiquem fora de qualquer controle.

Prometo, portanto, acabar com esta ficção fraudulenta chamada Teto de Gastos e colocar em seu lugar um modelo que vai tocar o país adiante, sem **inflação** e com equilíbrio fiscal verdadeiro, diz o candidato.

Refinanciamento de dívidas e renda mínima

Assim como na campanha de 2018, o programa de **Ciro** prevê um ambicioso plano de refinanciamento de dívidas das famílias brasileiras e das empresas, de forma

Levando em conta que a dívida média das pessoas é de R\$ 4.200 reais - quantia que a maioria não tem como pagar - a proposta do PND é estimular os credores a dar um desconto de 70%, reduzindo essa dívida média para cerca de R\$ 1.400. Esse valor seria então financiado pela Caixa Econômica e o Banco do Brasil em 36 vezes e três anos de carência. Um programa nos mesmos moldes também ajudaria as mais de 6 milhões de empresas que estão com o nome no Serasa, diz o texto.

Além disso, **Ciro** prevê a criação de um novo Programa de Renda Mínima, chamado Eduardo Suplicy (em referência ao ex-senador petista que há décadas promove a ideia). Com previsão de pagar R\$ 1 mil, em média, para cerca de 24,2 milhões de famílias, o programa deve englobar os pagamentos feitos pelo Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada e a Aposentadoria Rural. **Ciro** irá fazer que uma pequena parte da fortuna dos super ricos ajude os mais pobres, anuncia o candidato.

Do site consta, ainda, um projeto de Lei Anti Usura que vai proibir bancos e comércio de cobrarem mais de duas vezes o valor de um financiamento. Outras medidas nessa área econômico-social incluem a retomada dos estoques reguladores de alimentos, que amenizam as altas de preços e vêm sendo desmontados nos últimos anos, e o acesso a gás de cozinha pela metade do preço hoje praticado para famílias que recebem até dois salários-mínimos.

Prisão em segunda instância e limitação do foro privilegiado

Na seção que aborda o combate à corrupção, o programa de **Ciro** prevê a extinção das hipóteses de foro especial por prerrogativa de função (foro privilegiado), à exceção dos chefes de poderes, no

âmbito federal, estadual e municipal e autorização legal da pena de prisão a partir da condenação em segunda instância.

Outro ponto prevê abertura completa do sigilo bancário e fiscal de ocupantes de cargos de primeiro e segundo escalão no Poder Executivo .

#### Criação de um Complexo Industrial de Defesa

Em seu site de campanha, **Ciro** afirma que o Brasil não pode depender de tecnologias de potências estrangeiras para defender seu território e suas riquezas e propõe a criação do Complexo Industrial de Defesa para reduzir essa dependência, estimulando o Brasil a desenvolver tecnologias próprias para afirmar a sua soberania .

O candidato também defende que as Forças Armadas do Brasil tenham controle sobre seu sistema de comunicações e desenvolvam seu próprio sistema de GPS , além de propor a recuperação do projeto de submarino nuclear e o programa de foguetes e de lançamento de satélites brasileiros .

Regulamentar direitos trabalhistas de trabalhadores de aplicativos

No Brasil, aproximadamente 1,5 milhão trabalham com transporte de passageiros e entrega de mercadorias, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A maioria (61,2%) é de motoristas de aplicativo ou taxistas, 20,9% fazem entrega de mercadorias em motocicletas e 14,4% são mototaxistas.

O programa de **Ciro** aborda o tema, afirmando que pretende regulamentar e assegurar direitos para trabalhadores intermediados por aplicativos, estabelecendo patamares de higiene, segurança e de ganhos compatíveis com o Princípio da Dignidade de Pessoa Humana, conforme garante nossa Constituição .

#### Política externa vaga

O programa de **Ciro** é bastante vago sobre qual rumo ele deseja dar para a política externa do país. O texto se limita a afirmar: As negociações comerciais e diplomáticas seguirão dois princípios essenciais: a defesa dos interesses nacionais e da soberania do país . Em entrevistas, **Ciro** já falou de restaurar a autoridade moral do Brasil e reclamou do alinhamento do país aos EUA que ocorreu em boa parte do governo **Bolsonaro**, classificando o rumo de vassalagem .

#### Educação

O programa de **Ciro** propõe colocar a educação brasileira entre as dez melhores do mundo, no espaço de 15 anos.

Entre as propostas para a área estão: definição de metas de aprendizagem em cada ciclo de ensino; reconhecimento e a qualificação contínua de professores e gestores escolares; criação de incentivos financeiros para as escolas que alcançam bom desempenho, bem como para os professores; monitoramento das escolas que apresentam pior desempenho por aquelas que apresentam melhores resultados; estabelecer que Ensino Fundamental deve ser progressivamente integral ao longo dos próximos quatro anos, com ênfase imediata na eliminação do atraso escolar provocado pela pandemia, entre outras propostas.

Recriação do Minc, regulação de serviços de streaming

O programa prevê a recriação do Ministério da Cultura, extinto no governo **Bolsonaro**; a criação do programa Internet do Povo , que financiará a compra de smartphones em 36 vezes sem juros para a população de baixa renda e a implantação de redes gratuitas de wi-fi em áreas comunitárias; além de regular os serviços de streaming com o objetivo de garantir investimento obrigatório na produção local independente e visibilidade para esses conteúdos nas plataformas.

Plebiscitos e fim da reeleição

O plano admite que as reformas propostas requerem ampla negociação com a sociedade para sua aprovação . Para garantir que elas sejam aprovadas, **Ciro** propõe o que chama de redefinição de um amplo pacto federativo , buscando o apoio de governadores e prefeitos para encaminhar as negociações com o Congresso.

Para garantir apoio, **Ciro** oferece acabar com a reeleição para presidente com o objetivo de eliminar possíveis empecilhos à aprovação das reformas e, no caso de um impasse persistente com o Legislativo, submeter as propostas a plebiscitos.

Autor: Jean-Philip Struck

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Quais são as propostas no programa de governo de **Ciro** Gomes

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/08/24/quais-sao-as-propostas-no-programa-de-governo-de-ciro-gomes.htm>

The screenshot shows a news article on the UOL website. The main headline is "Quais são as propostas no programa de governo de Ciro Gomes". The article text is partially visible, starting with "Ciro Gomes, ex-governador do Rio Grande do Norte, anunciou seu programa de governo em uma reunião com jornalistas em sua casa em Natal, no Rio Grande do Norte, nesta quarta-feira (24). O programa de governo de Ciro Gomes é dividido em sete eixos principais: educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente e cultura. O programa também prevê a criação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para avaliar e acompanhar a implementação das propostas. Além disso, Ciro Gomes promete a criação de um Conselho de Segurança Pública (CSP) para fortalecer a segurança pública no Brasil. O programa de governo de Ciro Gomes também prevê a criação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para avaliar e acompanhar a implementação das propostas. Além disso, Ciro Gomes promete a criação de um Conselho de Segurança Pública (CSP) para fortalecer a segurança pública no Brasil. O programa de governo de Ciro Gomes também prevê a criação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para avaliar e acompanhar a implementação das propostas. Além disso, Ciro Gomes promete a criação de um Conselho de Segurança Pública (CSP) para fortalecer a segurança pública no Brasil.

At the bottom of the page, there is a section titled "AS MAIS LIDAS AGORA" with a list of trending topics and a "ULTIMAS NOTÍCIAS" section with a list of recent news items.

# Bolsonaro reduz para R\$ 10,5 bi reserva para reajuste de servidor



O presidente Jair Bolsonaro, durante solenidade, nesta terça (23), para a chegada do coração de d. Pedro 1º, em Brasília. Sandro Peres/Agência Brasil

O governo Jair Bolsonaro (PL) deve propor, no envio da peça orçamentária de 2023, uma reserva para reajustes do funcionalismo do Poder Executivo menor do que o valor sinalizado inicialmente às categorias.

O volume de recursos carimbados para essa finalidade deve ficar em R\$ 10,5 bilhões - corte de 10,3% em relação aos R\$ 11,7 bilhões anunciados no envio da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023, no último mês de abril.

Segundo fontes do governo ouvidas pela Folha, a reserva diminuiu depois que a previsão de gastos com outras despesas obrigatórias acabou ficando maior do que o projetado.

Apesar do valor menor, a manutenção da reserva é vista dentro do governo como uma indicação importante, após uma série de manifestações e paralisações deflagradas por diferentes categorias.

Bolsonaro havia prometido elevar salários de servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) já neste ano. O Orçamento de 2022 reservava R\$ 1,7 bilhão para atender a essas carreiras, mas a concessão localizada despertou a ira de outras categorias.

O presidente chegou a dar o sinal verde para um reajuste linear de 5% para o funcionalismo como alternativa para atenuar a insatisfação geral, mas o custo seria de R\$ 7 bilhões apenas no Executivo. Sem espaço para cortes em outras áreas, a ideia acabou sendo abandonada.

Agora, o chefe do Executivo renovou a promessa de reajuste, que tem sido usada como aceno a categorias que integram sua base de apoiadores no momento em

que ele busca a reeleição.

A reserva por si só, porém, não é suficiente para assegurar o aumento, que precisa ser encaminhado em um projeto específico. A proposta orçamentária tampouco detalha o formato do reajuste.

Fontes do governo afirmam que os aumentos podem ser seletivos, isto é, para algumas carreiras. O governo também estuda asar a **inflação** prevista para 2023 como referência para os reajustes, dado que ela será menor do que a deste ano.

Apesar das estimativas, o cenário ainda é de muita incerteza sobre o desenho final do Orçamento a ser aprovado pelo Congresso. Técnicos sabem que a proposta que sairá do Executivo em 31 de agosto será bastante alterada, na esteira do resultado das eleições.

Os dois principais candidatos ao Palácio do Planalto, Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já prometeram manter o valor mínimo de R\$ 600 aos beneficiários do Auxílio Brasil, previsto para acabar em 31 de dezembro deste ano.

A prorrogação do adicional de R\$ 200 tem um custo de R\$ 52 bilhões e não cabe no atual limite de gastos dado pelo teto -regra que limita o avanço das despesas à **inflação**.

Embora o assunto seja considerado delicado, nos bastidores há o reconhecimento de que a promessa de manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 deve levar a uma discussão de suavização da regra fiscal.

Antes de isso acontecer, porém, o Orçamento será encaminhado com uma previsão de R\$ 106 bilhões para o Auxílio Brasil, o que garante o pagamento de R\$ 400 às 20,2 milhões de famílias atendidas atualmente pelo programa.

Tecnicamente, o Executivo é obrigado a seguir os marcos legais em vigor, como o teto de gastos. Há o temor entre auxiliares do presidente de que a ausência de previsão de recursos para honrar as promessas seja um ponto explorado politicamente por opositores durante a campanha eleitoral.

Por isso, a estratégia da ala política é incluir, na

mensagem presidencial que acompanha a proposta de Orçamento, a promessa de que o valor do Auxílio Brasil será mantido em R\$ 600.

A citação serviria como uma sinalização em favor da medida, embora técnicos reconheçam que isso não tenha nenhum efeito prático ou legal na permanência de um programa mais robusto.

A inclusão de promessas em ano eleitoral na mensagem de envio do Orçamento também é considerada algo inusual pela ala mais técnica do governo.

O mesmo será feito com a correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), promessa feita em 2018 por Bolsonaro, não cumprida e que também vem sendo resgatada pelo presidente.

Embora o governo tenha discutido uma correção parcial, que teria um impacto de R\$ 17 bilhões na arrecadação, essa medida acabou ficando de fora da proposta a ser enviada ao Congresso.

Por outro lado, o Ministério da Economia incluiu a manutenção da desoneração de **tributos** federais sobre diesel e gasolina, como antecipou a Folha. A medida, aprovada em meio à tentativa do governo de baixar na marra os preços de combustíveis, também teria validade até o fim de 2022.

A prorrogação dessa desoneração deve drenar R\$ 53 bilhões em receitas, segundo estimativas internas.

Com isso, a previsão de déficit para 2023 deve ficar em R\$ 65,7 bilhões, bastante próximo à meta, que permite um resultado negativo de até R\$ 65,9 bilhões.  
IT

**Notícias Relacionadas:**

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA  
Bolsonaro reduz para R\$ 10,5 bi reserva para reajuste de servidor

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50013&anchor=6461833&pd=6fb082352cf2c43e0dfa564f300a90de>**

# Um presidente que nada tem a dizer (Editorial)

Para qualquer candidato que disputa a eleição presidencial, a campanha é uma oportunidade única para conquistar votos entre os eleitores que não fazem parte de sua bolha de apoiadores. Se nos tradicionais debates é preciso disputar espaço com os opositores, o formato das sabatinas proporciona uma chance singular de apresentar projetos mais estruturados para públicos mais diversos. O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, desperdiçou um espaço raro no principal telejornal da rede de televisão aberta. Nos 40 minutos que teve à sua disposição no Jornal Nacional, expôs a essência de um governo sem qualquer projeto de País e que continua a apostar no diversionismo de temas laterais para tentar se reeleger. De tudo o que o presidente falou, o que chamou a atenção foi o absoluto vazio de ideias no que diz respeito aos planos para o futuro da economia.

Quando Bolsonaro ainda era apenas um candidato, seu desconhecimento sobre o tema garantiu protagonismo ao então assessor e futuro ministro Paulo Guedes. Agora, é natural e esperado que o presidente ajuste seu discurso, até porque a prática de seu governo se mostrou bastante diferente do que dizia na campanha. Não foram poucas as vezes em que Bolsonaro desautorizou Guedes e defendeu o oposto do que o ministro pregava, participando ativamente de discussões que levaram à destruição do teto de gastos, ao loteamento do Orçamento, à ampliação da isenção fiscal das igrejas, à intervenção na Petrobras, à expansão dos privilégios dos militares e às reduções de **impostos** à custa de Estados e municípios. Entre muitos outros exemplos, todas essas medidas foram adotadas por orientação expressa do presidente, independentemente dos impactos sobre as contas públicas, e contribuíram para minar a confiança na economia, elevar a **inflação**, aumentar os juros e desvalorizar o câmbio.

É verdade que essas condições não são uma exclusividade nacional. Em maior ou menor grau, todos os países foram afetados pelos impactos da pandemia de coronavírus e da guerra na Ucrânia. Mas, a julgar pelas pesquisas eleitorais, utilizar esses fatores para justificar a incompetência de seu governo não tem sido uma estratégia convincente. Afinal, a economia brasileira tem suas particularidades. O eleitor sabe que a queda dos combustíveis nem de longe compensou uma **inflação** de alimentos de quase 15% em 12 meses; sabe que a redução do

desemprego não tem sido acompanhada pela melhoria da renda; sabe que o aumento dos juros levou a inadimplência a níveis recorde. É nesse contexto que o despreparo que Bolsonaro demonstrou na sabatina se destaca ainda mais. Diante de uma pergunta simples e até óbvia sobre o que faria caso fosse reeleito para garantir **inflação** sob controle, juros baixos e um câmbio favorável, o presidente parece renovar a esperança na condescendência que recebeu da maioria da população em 2018. Sobre o passado recente, disparou um arsenal de desculpas para se livrar de suas responsabilidades. Sobre o futuro, Bolsonaro simplesmente não teve nada a dizer.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Números são "fantásticos", como diz Bolsonaro?

**MANOEL VENTURA m**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Presidente do BC evita festejar queda de preços e vê ainda 'muito a fazer

**LORENNA RODRIGUES EDUARDO RODRIGUES**  
**BRASÍLIA**

Em contraste com o discurso do governo, que comemora repetidamente a deflação pontual de julho, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem não celebrar o recuo nos índices de **inflação** registrado recentemente.

"Ainda há muito trabalho a fazer", afirmou. "Maior parte do trabalho do BC ainda não impactou preços." Segundo ele, o histórico inflacionário brasileiro fez com que o BC evitasse "fazer pouco" no combate à alta de preços para não correr o risco de o País cair em recessão. "Todo banco central tenta evitar dois erros: fazer demais ou não fazer o suficiente. Bancos centrais de países com histórico de **inflação** menor, como o Chile, podem arriscar mais. No caso do Brasil, temos uma memória muito vívida de **inflação** alta e estamos sempre tentando evitar o risco de fazer pouco e pagar com uma recessão", disse.

No 18.º International Investment Seminar, promovido pelo Moneda Asset Management, em Santiago, Chile, Campos Neto previu três meses de deflação decorrentes das medidas adotadas pelo governo para baixar o preço dos combustíveis. Mas ressaltou outras variáveis, como questões sobre taxa de equilíbrio de desemprego no Brasil.

"Ainda vemos **inflação** de serviços subindo, com moderação em núcleos", disse.

Para ele, há incertezas adiante com as eleições - sobre qual será a âncora fiscal a ser adotada no próximo governo. Ele ressaltou que parte da melhora fiscal registrada pelo atual governo, com a arrecadação em alta, decorreu da **inflação** e da mudança de consumo, que, com a **pandemia**, foi direcionado para bens - que pagam mais **impostos**, em vez de serviços, menos tributados.

O presidente do BC afirmou que a queda nos preços de energia poderá levar a **inflação** a cair de 9% para 5% ou 4% ao ano. "Já o trabalho de reduzir a **inflação** de 4% para 2% é diferente. Precisamos estar preparados." Campos Neto acrescentou que o Brasil começou a subir os juros com mais agilidade do que outros países. "Os mercados dizem que a maior parte do trabalho no Brasil está feito", afirmou.

Sobre a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**), afirmou que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revisaram as previsões de crescimento para baixo, enquanto no Brasil as projeções estão sendo mudadas para cima, em parte graças a medidas do governo.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desajuste fiscal pode custar R\$ 430 bi em 2023

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)

# Isenção de IR para não residentes esbarra no Senado

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)

# Lei das estatais vira letra morta em assembléia da Petrobras (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=8&section=2)

# Campos vê inflação 'em tomo de 6,5%'

**Larissa Garcia De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309)

# Brasil precisa crescer para resolver pobreza, afirma Roberto Setubal

**KARLA SPOTORNO**

O Brasil é um País pobre, e não se resolve a pobreza apenas distribuindo renda. Essa é a visão de Roberto Setubal, copresidente do conselho de administração do banco Itaú. "O Brasil precisa crescer para resolver o problema da pobreza", afirmou o executivo, em live no canal do YouTube da Kinea, gestora do grupo financeiro.

"Temos problemas seriíssimos no Brasil, como o de distribuição de renda. Mas não resolvemos esse problema distribuindo uma renda que não existe." Setubal reforçou que a economia brasileira precisa crescer para que seja possível "distribuir riqueza de fato". "O crescimento econômico é fundamental para se resolver o problema da pobreza no Brasil.

(...) E não vejo os candidatos falando de crescimento econômico, de reforma", comentou.

O executivo citou a necessidade de algumas reformas, como a tributária, e que algumas mudanças para aumentar a produtividade do Brasil já foram feitas, como a privatização da Eletrobras e a reforma previdenciária.

Para crescer, Setubal afirmou que o Brasil precisa fazer algumas reformas importantes e que, para isso acontecer, o próximo presidente precisa priorizar uma visão de longo prazo, sem ter o calendário eleitoral em mente.

"Os governos assumem com o calendário eleitoral na cabeça. Uma reforma não dá resultado no dia seguinte. O resultado de uma reforma trabalhista, tributária, por exemplo, vem no longo prazo, e não em apenas em um ou dois anos", disse, concluindo que reformas não entram na agenda prioritária dos governos porque, muitas vezes, elas "quebram interesses de núcleos no curto prazo". "Por isso, é tão difícil de aprovar", afirmou o banqueiro.

"A pressão política é algo complicado. Nosso sistema político com 30 partidos é complicado. Por isso, uma **reforma política** seria muito bem-vinda", conclui.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Fiocruz defende SUS, ciência e democracia



ISADORA ALBERNAZ\*

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou, ontem, uma carta endereçada aos candidatos à Presidência da República e à sociedade, com a indicação de 10 diretrizes para contribuir com o debate eleitoral. No documento, a Fundação defende que não haverá desenvolvimento sustentável, justiça e equidade sem direito universal à saúde. A fundação - um dos principais centros de pesquisa do país - destaca o Sistema Único de Saúde (SUS) como parte essencial da democracia e que, por isso, deveria ser tratado como prioridade máxima pelo próximo governante.

Para fortalecer o SUS, a Fiocruz propõe ações que garantam uma atenção primária de qualidade e integrada, e acesso universal em todos os níveis de atenção às doenças crônicas. Na carta, a fundação reforça a necessidade de o governo brasileiro garantir a regulação e o monitoramento do setor privado de saúde, de forma a atender ao interesse público e aos objetivos da sociedade e do próprio SUS.

A instituição sugere o aumento do investimento público em saúde para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos oito anos, e aponta para a necessidade de ampliação dos investimentos nas bases tecnológica e industrial da saúde com o objetivo de superar a vulnerabilidade econômica do SUS e reduzir a "insustentável dependência externa" que o país enfrenta nos dias de hoje, em relação ao atendimento da demanda interna por insumos farmacêuticos e medicamentos.

A carta - que se refere à pandemia da covid-19 como "uma das mais graves e complexas crises que já assolaram o país e o mundo" - ainda propõe dotar o SUS de capacidade de antecipação, preparação, resposta rápida e recuperação no enfrentamento de emergências sanitárias. Também destaca a promoção

da recuperação da cobertura vacinal necessária à imunidade coletiva e à prevenção de doenças como um dos tópicos a serem considerados pelos presidentiáveis.

Combate à fome Apesar do foco na saúde, as proposições da Fiocruz abordam outros tópicos, como sustentabilidade, justiça social, ciência e progresso. Entre as propostas apresentadas está a recuperação e a expansão emergencial das bolsas destinadas a estudantes em todos os níveis e modalidades, a eliminação da fome e da pobreza extrema no país e a valorização de uma educação "cidadã".

De acordo com a Fundação, o social, a equidade e o ambiente devem ser considerados de forma integrada. Uma das diretrizes, por exemplo, foca especificamente na valorização do trabalho e do serviço público, com a renovação do quadro permanente de servidores por meio de concursos públicos.

A carta também pede a revogação da Emenda à Constituição 95/2016 - que criou o Teto de Gastos - e das regras fiscais "que restringem o bem-estar, a ciência e a educação". Também propõe aos presidentiáveis que assumam compromisso com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo a meta de desmatamento zero na Amazônia até 2026.

"É necessário rever o modelo de desenvolvimento vigente no país, de caráter concentrador de renda, excludente e não sustentável social e ambientalmente. Um novo modelo de desenvolvimento deve ter a justiça social, a democracia e a preservação do ambiente como finalidades, e a saúde, a ciência, a tecnologia e inovação, a educação e a cultura como elementos basilares", diz a carta.

Apesar de não fazer referência direta às cartas em defesa do Estado Democrático de Direito lançadas nas últimas semanas, na nota, a Fundação Oswaldo Cruz afirmou que a democracia é um valor universal e se posicionou de forma favorável aos agentes democráticos. "A Fiocruz se une, no cenário nacional, a outros atores - organizações públicas, privadas e sociedade civil organizada - na busca por um ambiente social que privilegie o diálogo e a participação popular nos processos decisórios", diz o documento.

Intitulada Desenvolvimento Sustentável com Equidade, Saúde e Democracia, a carta será entregue aos coordenadores de campanha de todos os

concorrentes ao Palácio do Planalto. O documento é resultado do 9º Congresso Interno da Fiocruz, que ocorreu em março. No relatório final do encontro, a entidade declarou que a "Fiocruz é SUS. É equidade e inclusão. É ciência. É desenvolvimento sustentável. É democracia".

As 10 diretrizes

» Fortalecer o SUS como prioridade máxima do estado de

bem-estar no Brasil;

» Priorizar ciência, tecnologia e informação;

» Desenvolver o complexo econômico-industrial da Saúde;

» Promover desenvolvimento sustentável;

» Valorizar a educação como base da cidadania e da inclusão;

» Garantir democracia com diversidade, inclusão e equidade;

» Constituir um Estado soberano, qualificado e socialmente inserido;

» Valorizar o trabalho e o serviço público;

» Promover a Agenda 2030 da ONU para enfrentar a emergência

climática e ambiental;

» Promover cooperação internacional em saúde, ciência e tecnologia.

\*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

# Economia e política: análise do cenário eleitoral no Brasil (Artigo)

**JOSÉ MATIAS-PEREIRA - Economista, advogado, doutor em ciência política pela Universidade Complutense de Madrid e pós-doutor em administração, é professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília**

A corrida eleitoral para a eleição presidencial no Brasil entrou na sua fase decisiva no dia 16 último, com o início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão. No dia 2 de outubro uma grande parcela dos mais de 156 milhões de eleitores aptos a votar estarão diante das urnas para escolher o presidente que vai governar o país no período de 2023- 2026. Caso ocorra um eventual segundo turno, a escolha será decidida pelos eleitores no dia 30 de outubro de 2022.

Nesta eleição, que conta com candidatos à presidente de vários partidos políticos, o país terá pela primeira vez uma disputa na qual estarão presentes um presidente em exercício e um ex-presidente. Trata-se de um embate entre dois candidatos com visões distintas na forma de governar: o presidente Bolsonaro se encontra num espectro político à direita, e o ex-presidente Lula à esquerda. Considerando que ambos ocuparam o mesmo cargo, é previsível que os embates vão se concentrar nas comparações de desempenho econômico - redução da taxa de desemprego, queda na **inflação** e crescimento do produto interno bruto (**PIB**) -, estabilidade política, fortalecimento das instituições, democracia e corrupção.

No plano externo, o debate estará centrado na crise provocada pela pandemia de covid-19, que continua impactando, de forma desigual, as economias da maioria dos países. A revisão das projeções feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, jul. 2022), indica que o crescimento mundial deverá cair de 3,6% para 3,2% em 2022, em decorrência da piora no cenário internacional, notadamente pela **inflação** mais elevada em todo o mundo, desaceleração do crescimento da China e repercussões negativas da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Para o FMI o mundo poderá em breve estar à beira de uma recessão global.

No referido relatório do FMI, o Brasil aparece na contramão do mundo, visto que a taxa de crescimento do **PIB** estimada do país no corrente ano foi

aumentada de 0,8% para 1,7%. Por sua vez, o mercado projeta um crescimento do **PIB** de 2% e a **inflação** deverá fechar o ano próximo de 6,5%. Registre-se que, a taxa de desemprego no Brasil recuou para 9,3% no segundo trimestre de 2022 (IBGE). É o menor patamar para o período desde 2015.

Constata-se, com base nos dados do IBGE no período de 1998 a 2018, que governos que tiveram índices de **inflação** e desemprego abaixo de dois dígitos conseguiram se reeleger ou fazer seu sucessor. Esse foi o caso da reeleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1998 encerrou o seu primeiro mandato com o IPCA em 1,6%, e a taxa de desemprego em 7,8%. Apesar de entregar um baixo crescimento do **PIB** em 1998 de 0,10%, FHC capitalizou eleitoralmente a seu favor o fato de controlar a **inflação** (Plano Real). Registre-se que, no final do seu segundo mandato, em 2002 a **inflação** alcançou 12,5% e o desemprego 11,7%. Naquele ano FHC não conseguiu eleger o seu candidato, José Serra.

Constata-se que o cenário de desfavorável na economia no final do segundo governo FHC foi decisivo para a eleição de Lula em 2002. Lula, que foi reeleito em 2006, concluiu o primeiro mandato com o IPCA em 3,1% e o desemprego de 8,4%. No final do seu segundo governo, em 2010, o IPCA alcançou 5,9% e o desemprego de 6,7%, o que viabilizou a eleição de sua candidata, Dilma Rousseff.

Em 2014 Dilma terminou o seu governo com o IPCA 6,4% e com o desemprego em 4,3%. Foi reeleita, mas não conseguiu concluir o mandato. A pior recessão econômica vivenciada pelo Brasil no biênio 2015-2016, que resultou numa queda de 3,8% do **PIB** em 2015, e de 3,6% em 2016, refletiu no aumento da instabilidade política no país, o que contribuiu para o seu afastamento da presidência da República (impeachment) no final de agosto de 2016. Em 2018, o presidente Michel **Temer**, mesmo tendo a **inflação** sob controle (3,7%), apresentava uma taxa de desemprego elevado (11,7%), agravado por um ambiente político bastante instável. Seu candidato, Meirelles, perdeu. Nesse ambiente de turbulência política e econômica foi eleito o atual presidente, Jair Bolsonaro.

O tema corrupção também não pode ser

desconsiderado nessa eleição presidencial. Os adversários do ex-presidente Lula sabem que reavivar na memória dos eleitores os custos dos escândalos revelados nos julgamentos do Mensalão e da Lava-Jato tenderá a contribuir para a elevação do percentual de sua rejeição, em particular, junto aos eleitores indecisos.

Verifica-se que o crescimento econômico e a estabilidade política estão interligados em vários níveis. Conforme evidencia a análise dos indicadores econômicos no período de 1998 a 2018, a queda da **inflação** e do desemprego, aos quais se pode agregar os efeitos benéficos na economia dos programas de transferências de renda para as populações mais pobres, são variáveis relevantes na corrida eleitoral, pois contribuem para a geração de uma sensação de bem-estar na população, que fica mais otimista com o futuro do país e sua situação financeira. Pode-se afirmar, assim, apoiado na estreita relação que existe entre economia e política, que o desempenho da economia será fator decisivo para a escolha do presidente da República nas eleições de 2 de outubro próximo.

# Valorização de matérias-primas atrai investidor estrangeiro para o Brasil

**Clayton Castelani**

Investidores estrangeiros apostaram no mercado de ações do Brasil em busca lucros com a valorização do setor mais importante da Bolsa de Valores local, o de matérias-primas. Uma combinação de crises internacionais e medidas para enfrentá-las, o que inclui um pacote de estímulos chinês para combater a desaceleração da economia no país, explica esse movimento.

Nesta terça-feira (23), a disparada nos preços de petróleo e derivados, assim como a valorização do minério de ferro, levaram o Ibovespa a avançar 2,13%, a U2.857 pontos.

As principais contribuições para a alta do índice vieram dos ganhos da mineradora Vale e da petrolífera Petrobras, cujos papéis mais negociados saltaram 6,41% e 3,18%, respectivamente.

A entrada de moeda estrangeira também beneficiou o real. O dólar fechou o dia em queda de 1,25%, cotado a R\$ 5,0990.

"O ingresso de estrangeiros na Bolsa acaba também beneficiando o câmbio e, com isso, o mercado doméstico vem se superando diante do peno -do eleitoral", diz Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

Investidores estrangeiros aportaram R\$ 17,1 bilhões no mercado acionário doméstico em agosto, segundo dados mais recentes da B3, a Bolsa de Valores do Brasil.

É o melhor resultado desde os R\$ 21,3 bilhões acumulados em março, quando o início da Guerra da Ucrânia fez disparar o preço das commodities e, com elas, das ações de grandes exportadores com sede em países emergentes.

No acumulado de 2022, o saldo das aplicações internacionais na B3 está em quase R\$ 71 bilhões. Se consideradas ofertas públicas de novas ações, o número sobe para quase R\$ 88 bilhões.

O petróleo voltou hoje ao foco do mercado, com o barril do Brent, referência para a matéria-prima em estado bruto, chegando ao final da tarde com alta de

3,81%, cotado a US\$ 100,16 (R\$ 511,05). Há 15 dias a mercadoria não encerrava o dia acima dos US\$ 100.

Um posicionamento da Opep (cartel de países produtores) sobre a possibilidade de reduzir a produção para manter o preço acima dos US\$ 90 foi o principal responsável pela valorização da commodity, segundo Vitor Caretoni, diretor da mesa de renda variável da Lifetime Investimentos.

Tensões envolvendo a oferta de energia na Europa em meio ao prolongamento da Guerra na Ucrânia, porém, também pressionam os preços do petróleo e derivados.

Na segunda-feira (22), os contratos futuros de gás natural atingiram o maior valor desde 2008. A alta é estimulada, principalmente, por preocupações de que o fechamento do gasoduto Nord Stream pela Rússia, que alega necessidade de manutenção.

Os preços do minério de ferro e ao aço na China também subiram. Com a economia desacelerando devido às crises no setor imobiliário e da Covid, Pequim decidiu cortar taxas de empréstimos. Isso impulsionou o sentimento do mercado sobre um potencial aumento da demanda por aço para a construção civil.

Além disso, a longa onda de calor e a seca no gigante asiático representam uma "séria ameaça" às safras de outono do país, o que pode direcionar Pequim a comprar mais de países exportadores, como o Brasil.

Dados divulgados nesta terça sobre a atividade empresarial dos Estados Unidos deram indícios de desaceleração da economia americana também beneficiaram mercados emergentes.

Investidores desembarcavam da segurança dos ativos ligados à divisa americana após sinais de que os juros de referência no país podem subir menos do que o esperado.

A atividade de negócios no setor privado recuou pelo segundo mês consecutivo em agosto, para o nível mais fraco em 18 meses, com particular piora no setor de serviços.

Essa informação sinaliza para o mercado que a

**inflação** histórica no país pode estar perdendo fôlego. Isso diminuiria a pressão sobre o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) quanto à necessidade de novas elevações agressivas em sua taxa de juros.

Na sexta-feira (26), o presidente do Fed, Jerome Powell, participará da conferência anual de bancos centrais em Jackson Hole, no Wyoming (EUA). O simpósio costuma dar as diretrizes da política monetária mundial.

Caso Powell faça um discurso abertamente favorável a um rigoroso aperto ao crédito, os mercados de ações e até mesmo a renda fixa de países emergentes podem sofrer perdas devido à migração de investidores para o Tesouro dos Estados Unidos.

Na Bolsa de Nova York, o S P 500 fechou em queda de 0,22%, enquanto o índice focado em empresas de grande valor, o Dow Jones, perdeu 0,47%.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50013&anchor=6461833&pd=6fb082352cf2c43e0dfa564f300a90de>**

# País terá 2 ou 3 meses de deflação e IPCA fechará 2022 por volta de 6,5%, afirma presidente do BC

**Nathalia Garcia** *brasil*

O Brasil terá dois ou três meses de queda de preços e a **inflação** encerrará 2022 ao redor de 6,5% ou talvez um pouco abaixo disso, afirmou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nesta terça-feira (23).

"Quando olhamos para o Brasil, [vemos] um processo inflacionário alto. Neste ano, a **inflação** ficará por volta de 6,5%, talvez um pouco menor. Não estamos comemorando isso muito intensamente, nós pensamos que ainda há um grande trabalho a ser feito", afirmou Campos Neto em evento sobre investimentos em Santiago, no Chile.

A projeção de **inflação** do último Copom (Comitê de Política Monetária) para 2022 situava-se em 6,8%. A pesquisa Focus divulgada pelo BC na segunda-feira (22) mostrou que o mercado financeiro reduziu a expectativa para a alta do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) neste ano para 6,82%, ante 7,02% na semana anterior.

Segundo o presidente do BC, parte da redução da **inflação** se deve às medidas implementadas pelo governo. Em junho, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei que definiu o teto de 17% ou 18% para a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telecomunicações.

A mudança é parte da ofensiva do Palácio do Planalto para reduzir os preços dos combustíveis e frear a **inflação** às vésperas das eleições. Segundo o último Datafolha, de agosto, Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Quando olhamos para o processo de **inflação**, esperamos dois ou três meses de deflação. Tivemos deflação no último mês, provavelmente teremos outra deflação neste mês. Novamente, muito impactado pelo preço da energia e das medidas", disse Campos Neto.

Com o impacto da redução das alíquotas de ICMS sobre os preços de combustíveis e energia elétrica, o Brasil teve deflação (queda de preços) de 0,68% em julho, de acordo o IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística).

A queda ficou concentrada em dois grupos de produtos e serviços pesquisados: transportes (-4,51%) e habitação (-1,05%). Entre as altas, o destaque veio de alimentação e bebidas (1,30%).

O presidente do BC disse ver a **inflação** de serviços ainda subindo, apesar de observar "alguma melhora" no índice de difusão.

Mesmo com a queda mensal, o IPCA continua em dois dígitos no acumulado de 12 meses. Até julho, a alta ficou em 10,07%. O índice se mantém muito acima da meta de **inflação** perseguida pelo BC neste ano - 3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A autoridade monetária já havia admitido o estouro do teto (5%) pelo segundo ano consecutivo.

Segundo Campos Neto, as expectativas de **inflação** estão acima da meta em diversos países. "Temos de fazer nosso trabalho e seguir nosso mandato, mas é um processo difícil para a maioria dos bancos centrais", disse.

No evento, Campos Neto ressaltou também que a maior parte do trabalho do BC ainda não impactou os preços, dados os efeitos defasados da política monetária sobre a economia. No início de agosto, o Copom elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, a 13,75% ao ano, e disse que avaliará a necessidade de uma nova alta de menor magnitude no próximo encontro.

Nesta quarta, o IBGE vai publicar o IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) com a prévia da **inflação** de agosto. A expectativa do mercado financeiro é de uma nova deflação.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50013&anchor=6461833&pd=6fb082352cf2c43e0dfa564f300a90de>

# Otimismo econômico é maior entre quem ganha Auxílio Brasil



Beneficiários fazem fila para receber o Auxílio Brasil em São Paulo Rivaldo Gomes - 9 ago.22/Folhapress

**Felipe Nunes**

Os beneficiários do Auxílio Brasil estão mais otimistas com o futuro da economia do país do que a parcela da população que não é atendida pelo programa assistencial, substituto do antigo Bolsa Família.

Segundo pesquisa Datafolha, 53% dos eleitores que recebem o benefício acreditam que a situação econômica do país vai melhorar nos próximos meses. Entre os que não são atendidos pelo programa de distribuição de renda, a parcela de otimistas é de 47%.

Foi também na parcela dos beneficiados que o otimismo disparou com mais força.

Na última pesquisa, realizada em junho, 36% dos que recebiam o benefício acreditavam na melhora da economia do país. A fatia aumentou 55% nesse período.

Entre os não beneficiários, esse sentimento era compartilhado por 32% dos entrevistados. A parcela se expandiu 47% desde junho.

Em agosto, o Auxílio Brasil foi ampliado pelo governo e passou a pagar parcela mínima de R\$ 600 -o novo valor segue até dezembro. Turbinar o Auxílio Brasil seria uma estratégia do atual governo de Jair Bolsonaro (PL) para tentar minimizar o impacto da

**inflação** nas famílias mais pobres e também fortalecer a marca do programa, às vésperas da eleição presidencial.

Também foram incluídos mais 2,2 milhões de famílias no programa -o número de atendidos chegou a 20,2 milhões. Os beneficiários do programa representam 1 em cada 4 brasileiros.

Segundo o instituto, o sentimento pessimista sobre a economia também diminuiu entre a população que recebe o Auxílio Brasil, de 29% para 16%. A desconfiança é maior entre os que não recebem o benefício: 19% em agosto. Em junho, esse número era de 36%.

O Datafolha entrevistou 5.744 eleitores em 281 cidades entre os dias 16 e 18 de agosto. A margem de erro do estudo é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa foi contratada pela Folha e pela TV Globo.

A taxa de beneficiários do Auxílio Brasil que preveem melhora na própria situação econômica nos próximos meses cresceu de 53% para 61%. Os que acreditam que terão piora na condição financeira caíram de 12%, em junho, para 7%.

Para os eleitores que estão fora do programa, 57% apostam numa melhora da situação financeira pessoal. Antes eram 45%. Os que acham que a situação ficará mais difícil diminuiu de 16% para 8%.

As mulheres são maioria entre os eleitores atendidos pelo Auxílio Brasil, aponta pesquisa Datafolha. De acordo com o levantamento, em agosto elas representavam 62% dos beneficiários presentes na folha de pagamentos do governo, enquanto os homens eram responsáveis por 38% dos benefícios concedidos.

Os dados apontam para uma leve redução na disparidade entre homens e mulheres que chefiavam famílias beneficiadas, se comparado a junho. Na ocasião, 67% dos beneficiários eram mulheres e 33% eram homens.

Paola Carvalho, diretora de relação institucional e internacional da RBRB (Rede Brasileira de Renda Básica), diz que as mulheres são maioria nos

programas sociais porque há uma preferência de que elas sejam registradas no CadÚnico como responsáveis pela família.

Além disso, as famílias chefiadas pelas mulheres são as que têm mais chances de serem afetadas pela desigualdade na distribuição de renda. "Quanto mais pobre uma família é identificada no Cadastro Único mais ela tinha chance de ser chefiada por mulheres, mais ela tinha chance de estar em extrema pobreza", diz ela.

Segundo o instituto, mais da metade dos eleitores brasileiros que recebem o Auxílio Brasil estudou até o ensino médio (52%), enquanto 42% completaram apenas ensino fundamental. Em junho, eram 46% que haviam concluído o ensino médio e 38% o fundamental. Pelo menos um terço (32%) dos beneficiários do programa diz não ser economicamente ativo. Em junho, a taxa era de 30%.

Em relação à ocupação, entre os que recebem as parcelas do auxílio se destacam as pessoas que sobrevivem de bicos (20%), desempregados (17%) e donas de casa (16%), índices que apresentaram pouca variação se comparado a junho.

Na questão religião, os católicos continuam sendo o público mais atendido. Em agosto, 51% dos beneficiários se diziam católicos, enquanto 25% se disseram evangélicos. Foram 11% os que se declararam sem religião.

A população que depende do auxílio do governo se concentra mais em cidades do interior do país: 63%. A parcela de 19% de quem recebe o benefício mora em regiões metropolitanas e 17% são de capitais do país, mesmo patamar de dois meses atrás.

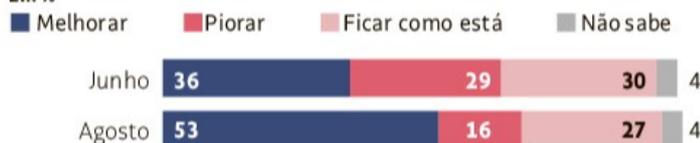
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50013&anchor=6461833&pd=6fb082352cf2c43e0dfa564f300a90de>**

## As expectativas da população para a economia

Entre os que recebem o Auxílio Brasil, nos próximos meses vai...

Em %



Entre os que não recebem o Auxílio Brasil, nos próximos meses vai..



Expectativa para situação econômica pessoal

Em %

Melhorar Piorar Ficar como está Não sabe

Entre os que recebem o Auxílio Brasil, nos próximos meses vai...

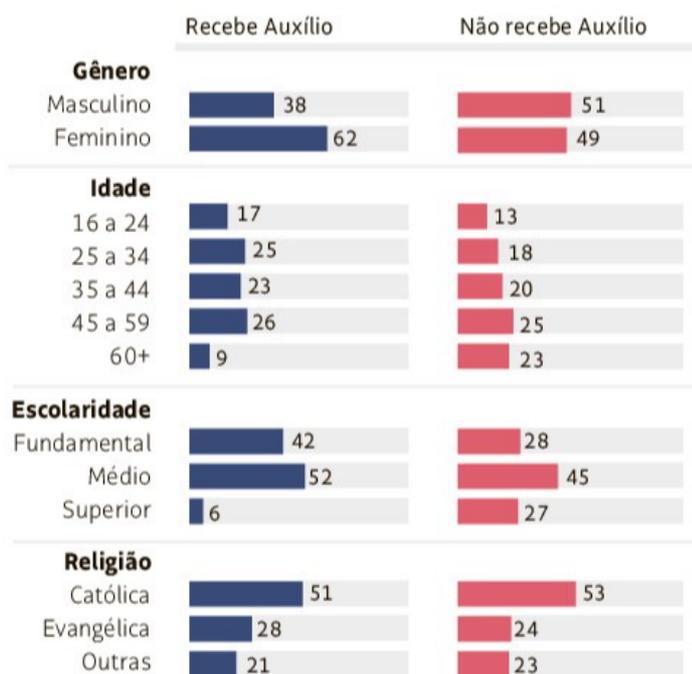


Entre os que não recebem o Auxílio Brasil, nos próximos meses vai...



Perfil dos beneficiários do Auxílio Brasil

Em %



Fonte: Pesquisa Datafolha feita nos dias 16 e 18 de agosto, com 5.744 eleitores em 281 cidades. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa foi registrada com o número BR-09404/2022 no Tribunal Superior Eleitoral

# Brasil só terá rumo ao priorizar as crianças (Artigo)

**Rubens Naves**

Neste momento pré-eleitoral, discutem-se propostas para o desenvolvimento do Brasil. Os desafios nacionais são grandes, múltiplos e, em relação a vários temas vitais, dramáticos. Em muitas áreas, o cenário é de estagnação. Em outras, como meio ambiente, pobreza e fome, após anos seguidos de retrocessos, a situação é gravíssima e clama por ações emergenciais. Neste contexto, as crianças e os adolescentes precisam ser reconhecidos entre as maiores e mais decisivas prioridades.

Entre os muitos indicadores que apontam a gravidade da situação da infância e da juventude no País, destaca-se o recém-lançado relatório da Fundação Abrinq intitulado Um retrato da infância e adolescência no Brasil. O estudo marca os 20 anos de existência do Programa Presidente Amigo da Criança, criado com a finalidade de engajar o(a) presidente da República na meta prioritária de garantir vida digna e condições reais de desenvolvimento integral para crianças e adolescentes.

Produzido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base no monitoramento de ações do governo federal, o relatório tem como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que devem ser atingidos até 2030 pelos países que, como o Brasil, se comprometeram com essa agenda. No estudo, a evolução e a situação do País em relação aos 10 ODS (há 17 no total) que impactam diretamente na infância e na adolescência foram analisados por especialistas.

As constatações são muito preocupantes e devem mobilizar todos os que atualmente se dedicam a projetos capazes de recuperar o Brasil e colocá-lo no rumo do desenvolvimento sustentável.

Os objetivos dizem respeito ao combate à pobreza, segurança alimentar, saúde e bemestar, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, trabalho e emprego, redução da desigualdade, condições de vida nas cidades e em assentamentos e justiça e paz. A realidade da maioria das crianças e adolescentes brasileiros, hoje, em praticamente todas essas áreas é de estagnação em patamares distantes dos objetivos traçados. Como a maior parte das análises do relatório da Abrinq se baseia em dados referentes a até 2020,

não cobrem o mais recente crescimento e agravamento da pobreza e da fome.

Outro estudo recente, da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) em parceria com o Instituto Vox Populi, aponta que o "país da fome" dentro do Brasil engolfa hoje 33 milhões de pessoas. Trata-se de um histórico marco de retrocesso.

O relatório da Abrinq informa que, em 2020, 13% dos brasileiros de até 5 anos de idade - população de quase meio milhão de crianças em fase fundamental de desenvolvimento biológico e mental - estavam em situação de desnutrição crônica. Uma tragédia que só vem aumentando.

Parte dessa tragédia pode ser atribuída a efeitos da pandemia e da **inflação** - problemas parcialmente originados fora do Brasil, mas cujos impactos entre nós se devem, em larga medida, a políticas públicas vigentes, ou ausentes, no País. A Abrinq e a FGV assinalam medidas do atual governo federal que contribuíram para o aumento da fome. A lista inclui a retirada de recursos do Programa Bolsa Família, o fim dos programas de cisternas e de estoques reguladores do mercado de alimentos básicos e a redução de recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que priorizava a compra de alimentos de agricultura familiar para doações, alimentação escolar e cozinhas comunitárias, também foi descontinuado. O estudo menciona, ainda, a falta de estímulo para a criação de bancos de alimentos e restaurantes populares.

Hoje, a promoção das condições de vida de crianças é prioridade urgente e precisa ser assim contemplada nos debates políticos e planos de governo.

Sobretudo as áreas de segurança alimentar, combate à pobreza, assistência social, saúde e educação requerem políticas de Estado articuladas entre ministérios e instâncias de governo.

Se não formos capazes de conceber e executar respostas rápidas, amplas e consistentes ao déficit de atendimento das necessidades básicas de milhões de crianças e adolescentes, a sociedade brasileira sofrerá

danos de longo prazo.

É hora de o Brasil adulto reconhecer que tratar os mais jovens como nossa grande prioridade não reduz a importância das outras pessoas e populações.

Trata-se de adotar uma perspectiva sobre a sociedade e a Nação que se fundamenta na valorização efetiva das suas próprias potências e promessas de vida, realização e desenvolvimento, para todos, começando já.

Os que hoje se apresentam para conduzir o Brasil a partir de 2023 precisam urgentemente acordar para a centralidade do tema da infância e da juventude, identificar prioridades nessa área, desenvolver e apresentar propostas, comprometendo-se com a sociedade brasileira a prestar o cuidado, propiciar a nutrição (material e imaterial) e fomentar o desenvolvimento daqueles que são o nosso maior tesouro e que construirão o nosso futuro coletivo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Inadimplência recorde traz risco para cenário econômico em 2023 (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Uma em cada 4 fintechs já fatura mais de R\$ 5 milhões por ano

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mercado de trabalho se recupera com força, mas persistem desequilíbrios

*Rafael Vazquez De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187309?page=1&section=1)